

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E A SUA IMPORTÂNCIA PARA MELHORIA E
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

Autora: Elisangela Gonçalves de Almeida

Orientador: Profº Ms. Carlos Dutra

**JUÍNA - MT
2011**

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E A SUA IMPORTÂNCIA PARA MELHORIA
E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Administração, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Autora: Elisangela Gonçalves de Almeida

Orientador: Profº. Ms. Carlos Dutra

JUÍNA - MT

2011

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Ms. Terezinha Márcia de Carvalho Lino

Prof^a Esp. Heloisa dos Santos

ORIENTADOR: Prof^o Ms. Carlos Dutra

Dedico esse trabalho a Deus, e em memória do meu irmão Hélio Gonçalves de Almeida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me guia e acompanha em todos os momentos da minha vida.

Agradeço aos meus amados pais Salvador Solterio de Almeida e Joana Gonçalves da Silva, que nunca mediram esforços para buscarem uma boa formação, mostrando sempre que a honestidade, humildade e amor ao próximo é a chave para a felicidade, e desistir jamais e sim persistir sempre nos nossos sonhos.

Agradeço aos meus queridos irmãos, Helison Gonçalves de Almeida, Samir de Araújo Almeida pelo amor e confiança depositado em mim, e em principal a Elisabeth Gonçalves de Almeida que sempre esteve ao meu lado, nos momentos de alegria como também de tristeza durante esses 04 (quatro) anos que residimos em Juina, obrigado irmã por me apoiar nas minhas decisões e ser um grande ombro amigo.

Agradeço algumas pessoas especiais que considero muito mais que amigos que sempre levarei comigo na jornada que seguirei em frente que jamais irei esquecer os conselhos, apoio e da confiança que tiveram em mim, obrigado Mariana Borges Cattani, Dalvane Santana, Fagno Bittencourt, Mari Catarina e Fernanda Alles Souza, por fazerem parte da minha vida e por ter feito com que o tempo que residi em Juina ser repleta de boas lembranças e momentos.

Agradeço ao meu orientador Carlos Dutra que tanto me auxilio na elaboração desse trabalho, excedendo todas as minhas expectativas, sendo de grande ajuda para a conclusão do mesmo.

Agradeço a Flávio Alexandre Pereira por ter me ajudado a concluir este trabalho, obrigado por ser essa pessoa que não mede esforços para ajudar os colegas, agradeço do fundo do meu coração.

Agradeço aos meus colegas de faculdade que estiveram comigo durante esses 4 anos travando a mesma batalha comigo concluir o curso e sair vitoriosos como administradores.

“Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.”

Francisco Cândido Xavier

RESUMO

O presente estudo trata-se do Orçamento Participativo e a sua importância para o desenvolvimento e melhoria do município. O orçamento participativo é um instrumento de democracia, onde concede aos cidadãos maiores de 16 anos, a oportunidade de participarem das audiências públicas e terem o direito de opinar, influenciar e intervir sobre as decisões referentes ao orçamento público. Trata-se também de uma ferramenta integralizadora, que permite o contato direto dos cidadãos com a administração pública do município. O problema de pesquisa indagado foi os fatores que levam a baixa da participação da sociedade juinense no momento da elaboração do orçamento participativo no município. E se observou que a sociedade tem interesse em participar das audiências públicas, que tem por tema a definição do orçamento, ela procura reivindicar seus direitos e interesses. No referencial teórico tratou da democracia, administração pública, os três tipos de poderes, poder legislativo, poder executivo, poder judiciário, orçamento público, plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual, orçamento participativo, a história do orçamento participativo no Brasil e o orçamento participativo nos dias atuais. Pela natureza dos dados, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de concepção bibliográfica e exploratória, pela abrangência é um estudo de caso e o instrumento de coleta de dados utilizada foi entrevista padronizada e estruturada aplicada ao gestor público e aos representantes de bairro. Pela análise dos dados observou que o gestor público, se preocupa em ouvir os interesse coletivo de cada bairro e distrito. Conclui-se que, a participação de todos os cidadãos nas decisões referentes ao orçamento do município é de suma importância para o desenvolvimento do município, uma vez que os cidadãos têm direito de apresentar seus interesses, procurar melhoria para o seu bairro ou distrito, diretamente com a administração do município, onde o anseio da comunidade é ouvida e assim proporcionará maior transparência à execução dos recursos reivindicados no orçamento, sendo que os cidadãos são os maiores fiscalizadores dos recursos do município, e a atual gestão não possui mais o orçamento participativo como um programa da administração do município, mas se utiliza do mecanismo de pesquisas para detectar as necessidades da população Juinense, observou que os representantes de bairro, possuem poucos conhecimento sobre o que refere-se ao orçamento público, mas todos são capazes de identificar as reais necessidades do seu bairro e também pelo ponto de vista dos representantes os cidadãos do bairro onde representam, possuem baixo interesse em participar de reuniões e assembleias realizadas.

Palavras-Chave: Orçamento Participativo, Administração Pública, Interesse Coletivo, Orçamento Público.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

LDO – Lei das Diretrizes Orçamentária

LOA – Lei orçamentária Anual

OP – Orçamento Participativo

PPA – Plano Plurianual

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Identificação dos representantes dos bairros	34
QUADRO II – Há quanto tempo você é representante do Seu bairro ou distrito?	35
QUADRO III – O que levou você a aceitar essa responsabilidade de representar o seu bairro/distrito?	35
QUADRO IV – Para você é importante que toda a comunidade, esteja sempre inteirada com a administração do município?	36
QUADRO V – Você sabe que todos os cidadãos têm por direito participar na elaboração do orçamento do município, e fiscalizar, para ver se realmente os recursos estão sendo aplicados de forma correta?	37
QUADRO VI – Você sabe o que é o orçamento público?.....	37
QUADRO VII – Em Juína possui orçamento participativo?	38
QUADRO VIII – Você sabe o que é orçamento participativo?	38
QUADRO IX – Você acha importante a participação de toda a Comunidade na elaboração do orçamento do município?	39
QUADRO X – A comunidade sabe o que é orçamento participativo?	39
QUADRO XI – Em sua opinião, como anda a participação da comunidade nas assembleias, que define o orçamento do município?	40
QUADRO XII – Você como representante do seu bairro, acredita que o orçamento, traz melhorias para o município?	40
QUADRO XIII – Você acha que o interesse coletivo da comunidade é priorizado e levado em conta pela administração pública?	41
QUADRO XIV – Em sua opinião a população possui conhecimento suficiente para opinar e participar da elaboração do orçamento público?	41
QUADRO XV – Para você qual a maior dificuldade, que impede a participação da população a participarem da elaboração do orçamento?	42

QUADRO XVI – Para você a população do seu bairro é:	43
QUADRO XVII – A maior necessidade do seu bairro? Classifique de 1 a 6	43
QUADRO XVIII - Para você, como é a sua participação no orçamento?	44
QUADRO XIX – Você acha que o orçamento participativo precisa ser implementado?	45

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
1.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO	14
1.2.	PROBLEMATIZAÇÃO	15
1.3.	OBJETIVOS	15
1.3.1.	OBJETIVO GERAL	15
1.3.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.4.	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	16
1.5.	JUSTIFICATIVA	16
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1.	DEMOCRACIA	18
2.2.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	18
2.3.	OS TRÊS PODERES	20
2.3.1.	PODER LEGISLATIVO	20
2.3.2.	PODER EXECUTIVO	20
2.3.3.	PODER JUDICIÁRIO	21
2.4.	ORÇAMENTO PÚBLICO	22
2.5.	PLANO PLURIANUAL	23
2.6.	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA	24
2.7.	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	24
2.8.	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.....	26
2.8.1.	HISTORIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO BRASIL.....	27
2.8.2.	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NOS DIAS ATUAIS	28
3.	METODOLOGIA.....	30
4.	ANÁLISE E RESULTADOS	32

4.1.	HISTÓRICO E VISÃO DO ATUAL GESTOR.....	32
4.2.	VISÃO DOS REPRESENTANTES COMUNITÁRIOS.....	34
5.	CONCLUSÃO.....	46
6.	REFERÊNCIAS	48
	APÊNDICE.....	52

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Orçamento Participativo (OP) vem ganhando destaque em muitas gestões municipais, como um instrumento de apoio e integralização da comunidade junto a administração pública. É uma forma de incentivar a participação de toda comunidade que passa a ser ouvida, expondo os seus interesses e reivindicações e a gestão municipal providencia os meios para que o que foi proposto e exposto pela comunidade seja executado no orçamento do município. O orçamento participativo foi instituído em 1989 com o governo do partido dos trabalhadores em Porto Alegre (RS), como uma forma de democratização da política pública e superação do distanciamento do governo e sociedade.

Muitos municípios que contam com OP, procuram criar mecanismo para evitar que o programa perca a credibilidade diante a população participante, devido que muitas vezes as reivindicações da sociedade, por melhorias são expostas como interesse que sejam executadas de imediato, e acabam frustrando quando percebem a demora para a execução e realização da obra, logo levando redução da participação da comunidade. O presente trabalho tem como problema entender quais os fatores que levam a redução da comunidade Juinense, a participar das reuniões e assembléias públicas que visam à definição e elaboração do orçamento do município. Sendo que é de grande importância a participação da comunidade na elaboração do orçamento, uma vez que eles vivem e conhecem a situação dos seus bairros e distritos, e assim poderiam reivindicar melhorias e fiscalizar se realmente esta sendo executado o que proposto no orçamento.

Portanto, esta pesquisa se propôs a estudar, o que é o orçamento participativo, do que se trata se existe algum benefício para a sociedade em geral, como também para o desenvolvimento e melhoria do município, e se as lideranças comunitárias têm o conhecimento do orçamento participativo.

1.2. PROBLEMATIZAÇÃO

O orçamento público do município de Juina no início era de total responsabilidade do poder executivo elaborá-lo, porém no ano de 1997 no mandato do novo gestor público, passou a ser adotado o orçamento participativo, para que de forma democrática toda a sociedade juinense, junto com os seus representantes de bairro e distritos passasse a decidir, influenciar e a opinar na elaboração do orçamento público do município. No entanto nos dias atuais a participação dos cidadãos é mínima nas audiências públicas que são realizadas com intuito de decidir sobre o orçamento.

Diante do exposto, se indaga quais fatores leva a pouca participação da sociedade Juinense no momento da elaboração do orçamento participativo?

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. OBJETIVO GERAL

Conhecer o que é o orçamento participativo e saber qual o nível de informação das lideranças comunitárias sobre ele.

1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Buscar informações sobre o Orçamento participativo;
- b. Apresentar os meios da participação dos cidadãos Juinense, para as tomadas de decisões do orçamento do município;
- c. Fazer pesquisa de campo com os representantes de bairros, distritos e gestor público do município;
- d. Realizar uma pesquisa bibliográfica e documental.

1.4. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Qual a importância da elaboração do orçamento participativo para melhoria e desenvolvimento do município, possuindo como fonte de informação livros, artigos, periódicos científicos, internet e entrevistas com representantes de bairros, distritos e gestor público do município de Juína.

1.5. JUSTIFICATIVA

O orçamento participativo é um instrumento de apoio e benefício para toda a comunidade, uma vez que de forma democrática, os cidadãos podem expressar os seus interesses coletivos, apresentando sua satisfação como mesmo a insatisfação, em relação à gestão municipal, poderá o influenciar, decidir sobre o destino de uma parte do orçamento do município.

Os municípios da federação brasileira que adotam o orçamento participativo, procuram meios de envolver toda a comunidade a participar, pois o objetivo da OP, é integralizar a comunidade junto à gestão pública. Para que esse objetivo seja atingido de forma eficiente e eficaz é preciso que desenvolva estudos para conhecer as reais necessidades da comunidade e além disso deve-se considerar as dificuldades existentes para a implantação do orçamento participativo no município.

Desta forma se pretende com a presente pesquisa apresentar o orçamento participativo como instrumento capaz de fortalecer o vínculo entre os cidadãos e administração municipal, para que de forma democrática, se possa garantir o direito coletivo de todos os cidadãos. Com a pesquisa espera-se que a comunidade em geral deixe de ver o orçamento público apenas como um projeto de previsão de receitas e fixação de despesa, e passe a vê-lo como forma concreta de transparência de projetar o futuro em curto prazo e em longo prazo.

O orçamento participativo vem para aproximar a gestão pública da população. Uma vez que os interesses do município é o interesse de todos os cidadãos, logo ambas as partes serão beneficiadas, uma vez que o gestor público buscará atender

realmente a prioridades relacionadas pela sociedade e a população irá perceber a melhorias em seu bairro, assim o desenvolvimento do município irá realmente acontecer.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. DEMOCRACIA

Democracia é o sistema onde a população tem a oportunidade de participar na vida política, através de eleições, plebiscito e referendo, e de acordo com o autor Rosenfield (2003), a democracia tornou uma questão vital, para todos que visam à construção de uma sociedade livre e justa, pois possibilita que o cidadão manifeste suas opiniões e a própria liberdade de expressão.

Os cidadãos têm o direito de escolher os seus representantes, onde a participação dos mesmos, terá por finalidade garantir a defesa e os interesses da população que lhe confiou o cargo, perante as instituições governamentais, como enfatiza Soares (2006, p. 85); “Um regime de governo, no qual a aquisição do poder se dá por meios universalmente distribuídos, respeitando, em primeiro lugar, a delegação originária do poder pela cidadania, mas que, além disso, tenda a representar o desejo dos eleitores”.

2.2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 42/2003 pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, contextualizou os preceitos do direito Administrativo em que a Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Desde primórdios ate hoje, se tem buscado viver em uma sociedade organizada, em de condições de vida melhores, e sustentável, para que assim todas as pessoas possam viver de forma harmoniosa em um estado ordenado, Santos (2008, p. 37, *Grifo do autor*) diz, “[...] para que o Estado possa exercer suas atribuições de patrocinar o *bem-estar* de seu povo, passou a se aparelhar de forma

complexa para cuidar de seus serviços e dar execução aos seus fins, denominando-se assim a Administração Pública”.

Conforme Moraes (2006, p. 812 e p. 813) Administração Pública é:

...conjunto de atividades concretas e imediatas que o estado desenvolve para consecução dos interesses coletivos, ela é exercida, precipuamente, pelos órgãos do Poder Executivo, dentro da clássica tripartição dos Poderes estatais. Diz-se *concretas* por que isso corresponde à aplicação da vontade do Estado prevista em lei; e *imediatas*, pois visa à satisfação direta dos fins estatais. A Administração pública em sentido objetivo engloba: *fomento, polícia administrativa, serviço público e intervenção*. (MORAES, 2006, p. 812 e p. 813, *Grifo do autor*).

Assim, o governo procura meios que visam atender o interesse coletivo da sociedade, de forma politicamente organizada através da administração pública, e segundo Souza (2009, p. 29), “Administração Pública é a organização e a gerencia de homens e materiais para a consecução dos propósitos de um governo, como também é a arte e a ciência da gerencia aplicadas aos negócios de Estado”.

De acordo com Bruno (2005), o ato de administrar engloba o sentido de gerir interesses alheios, de acordo com o direito e a moral, para que assim o administrador tenha de zelar e conservar o bem colocado sob a sua guarda, diferente do proprietário que pode dispor do bem ou até mesmo destruir.

No tocante que refere à administração dos bens e interesses da sociedade, Bruno(2005) *apud* Medauar(1996) conceitua a Administração Pública em;

...conjunto de atividades do Estado que auxiliam as instituições políticas de cúpula no exercício de funções de governo, que organizam a realização das finalidades públicas postas por tais instituições e que produzem serviços, bens e utilidades para a população, como exemplo: ensino público, calçamento das ruas, coleta de lixo. (BRUNO 2005, p.37 *apud* MEDAUAR 1996, p. 43).

A Administração Pública trata-se da gestão de bens e interesses de toda a sociedade, onde o gestor público tem por função atender os interesses através dos preceitos do direito e moral, visando o bem comum de toda a população.

2.3. OS TRÊS PODERES

Uma das características do estado moderno é a separação dos poderes em três áreas distintas que de acordo com Vogel (2011), são eles: o Legislativo, Executivo e Judiciário, todos funcionam autonomamente de forma a evitar a predominância de um poder sobre os demais.

2.3.1. PODER LEGISLATIVO

No que se refere ao Poder Legislativo, Santos (2006) enfatiza que a Câmara Municipal é o órgão legislativo, composto por vereadores eleitos de acordo com a legislação vigente, sendo que sua função é fiscalizar e assessorar o Poder Executivo, tendo como competência dirigir e organizar os serviços internos, e elaboração de leis sobre todas as competências referentes ao município.

De acordo com Maurano (2010), a Câmara Municipal, além das suas atribuições típicas que são fiscalizar e assessorar o poder executivo também deve aprovar e promulgar a lei orgânica que trata da auto-organização municipal.

2.3.2. PODER EXECUTIVO

De acordo com o Portal online da Rede de Direitos Humanos e Cultura¹, o Poder Executivo Municipal, é representado pelo Prefeito e Vice-Prefeito, sendo que cabe ao prefeito ser o chefe do Poder Executivo, possuindo funções executivas e administrativas, onde é responsável pela condução das políticas públicas no

¹ Portal online da Rede de Direitos Humanos e Cultura. Disponível em:< http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/municipais/gestao_m/05_poderexecutivo.htm>. Acesso em 02 de novembro de 2011.

município e pelo bom funcionamento da máquina administração, onde o mesmo deve zelar pelo cumprimento da Lei Orgânica Municipal.

Araújo (2008), enfatiza que o Poder Executivo Municipal é autônomo, logo sendo responsável pela própria organização, administração e arrecadação de impostos, cabendo assim o prefeito administrar os serviços públicos municipais nas áreas de saúde, educação, transporte, segurança, cultura e lazer do seu município.

No Portal Brasil.gov.br², as responsabilidades do prefeito, enquanto chefe do Poder Executivo, que são as atribuições políticas e administrativas em atos do governo onde se expressam o planejamento das atividades, obras e serviços municipais, e tendo como incumbência a autonomia de apresentar, sancionar, promulgar, vetar proposições e projetos de lei anualmente, e sendo o executivo responsável por elaborar a proposta orçamentária anual, onde é submetida ao Poder Legislativo.

2.3.3. PODER JUDICIÁRIO

Segundo Araújo (2008), o Poder Judiciário tem por finalidade julgar, de acordo com as leis que foram criadas pelo Poder Legislativo, seguindo as regras institucionais do país, onde o Poder Judiciário é composto por ministros, desembargadores e juízes.

Logo poderá entender que o Poder Legislativo, possui a função de elaborar as leis, o Poder Executivo em executá-las e cabe ao Poder Judiciário a obrigação de fiscalizar e julgar qualquer conflito surja.

E o Portal Brasil.gov.br³, apresenta os órgãos que constitui o Poder Judiciário que é o; Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunais Regionais Federais (TRF), Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e

² Portal Brasil.gov.br. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/estrutura/poder-executivo-1>>. Acesso em 04 de novembro de 2011.

³ Portal Brasil.gov.br. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/estrutura/poder-judiciario-assegura-direitos-dos-cidadaos>>. Acesso em 05 de novembro de 2011.

Juizes Eleitorais, Tribunais e Juizes Militares e os Tribunais e Juizes dos estados e do Distrito Federal e Territorios.

2.4. ORÇAMENTO PÚBLICO

O Orçamento público é definido por Angélico (1995, p. 19) como: “[...] um programa de custeios, investimentos, inversões, transferências e receitas, proposto pelo Poder Executivo para um período financeiro, e aprovado pelo Poder Legislativo”.

O orçamento público é a forma de controle preventivo que permite arrecadar e gastar, dentro dos limites que se foram orçados.

Segundo Lima e Castro, “[...] o orçamento público é o planejamento feito pela administração pública para atender, durante determinado período, aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvido [...]”.

De acordo com Dutra (2009, p. 57) *apud* Andrade(2002, p. 54);

Orçamento Público ou orçamento programa é a materialização do planejamento do Estado, quer na manutenção de sua atividade (ações de rotina), quer na execução de seus projetos (ações com início, meio e fim). “Configura o instrumento do Poder Público para expressar seus programas de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos (receitas) a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios (despesas) a serem efetuados” (DUTRA, 2009 p.57; ANDRADE, N.A. 2002, p. 54).

Para Furtado (2009, p. 304) o orçamento público além dos objetivos econômicos e políticos possuem uma função reguladora;

Dentre as funções do orçamento público, a mais nobre é a função reguladora. É através dela que o orçamento faz a ponte entre os tributos pagos pelos cidadãos e as contraprestações oferecidas pelo Estado. Exercendo essa função, o orçamento deve ser agente de justiça distributiva, financiando serviços públicos para os mais carentes à conta de recursos pagos pelos mais abastados. (FURTADO, 2009, p. 304)

Conforme Mendes (1992), o orçamento público para a contabilidade deve ser visto como um instrumento a serviço da população e como consequência disso o contador como também o administrador público devem procurar novos caminhos de estudos para o aprofundamento sobre a matéria para que assim tragam soluções mais flexível sobre o orçamento.

O orçamento público tem por finalidade a estimativa de receitas e fixa as despesas para um determinado período, sendo um ato legal e autorizado pelo Poder Legislativo que é responsável por administrar os recursos públicos.

2.5. PLANO PLURIANUAL

Plano Plurianual, lei editada a cada quatro anos que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal. (§ 1º do artigo 165) tem como características definir as diretrizes, objetivos, programas e finanças da administração pública, durante o período de 04 anos, sendo que o plano cobrirá os 03 anos do mandato e o primeiro ano do novo mandato. Nas palavras de Silverwood (2005, p. 31)

Desde 1988, com a nova Constituição, a estrutura do orçamento é baseado em três peças, o Plano Plurianual (PPA); a Lei de diretrizes Orçamentárias (LDO), e a Lei Orçamentária Anual (LOA). As leis seguem o princípio e técnicas do orçamento-programa, que organiza por meio de programas o planejamento, administração e gestão pública dos recursos. Sob essa ótica, o orçamento é a ligação entre o planejamento e as funções executivas do governo.(SILVERWOOD, 2005, p. 31).

O Plano Plurianual é um instrumento importante, pois orienta e integra o planejamento ao orçamento para os períodos de 04 anos, esse instrumento foi criado pela Constituição federal de 1998. Para Siqueira (2006, p. 12)

No PPA, o programa é a unidade de gestão que integra os processos de elaboração, implementação e avaliação dos sistemas de planejamento e orçamento, coordenados pelos gerentes e dirigentes responsáveis pela alocação dos recursos, execução dos processos, aferição dos produtos e

verificação dos resultados dos programas no departamento públicos. (SIQUEIRA, 2006, p. 12).

A partir das diretrizes do PPA, a LDO define as metas e regras para as receitas e despesa da administração pública federal no ano subsequente, dispondo sobre a legislação tributária e orçamentária e orientando a elaboração da LOA, fazendo a ligação entre o plano e os orçamentos anuais. SIQUEIRA (2006, p. 72).

2.6. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil;

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Art. 165 § 2º)

De acordo com Lima e Castro (2007, p.21), *apud* Andrade (2005, p. 67), “a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi introduzida no Direito Financeiro brasileiro pela Constituição Federal de 1988, tornando-se, a partir de então, o elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.7. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Previsto pela Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 no § 5º A lei orçamentária compreenderá:

I- o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; II- o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do

capital social direito ao voto; III- o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos e ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

Lima e Castro ressaltam (2007, p. 22) que “A Lei Orçamentária Anual é o orçamento propriamente dito. Possui essa denominação por ser consignada pela Constituição Federal. A LOA é a lei em que o governo municipal, estadual e federal deixa claro o que se pretende fazer com os impostos pagos pela população”.

A LOA trata-se da previsão das receitas e despesas públicas que se pretende realizar no exercício financeiro no período de um ano. E Kahoma (2008, p.38 e p.39), diz, “para viabilizar a concretização das situações planejadas no Plano Plurianual, e obviamente, transformá-las em realidade, obedecida a lei de diretrizes orçamentárias, elabora-se o Orçamento Anual, onde são programadas as ações a serem executadas, visando alcançar os objetivos determinados.”

Castro e Lima (2007), definem a execução do orçamento, como forma de realizar as despesas conforme foi prevista e tendo de principio a autorização oficial do Poder Legislativo, para o determinado gasto.

Para que a LOA seja executada de forma eficiente e correta é preciso que exista uma integralização entre o PPA, LOA e LDO, conforme ressalta Lima e Castro (2007, p. 39);

O processo de planejamento confere ao PPA, a LDO e a LOA uma atuação integrada, que pode ser assim resumida: o PPA estabelece o planejamento de longo prazo, por meio dos programas e ações de governo: a **LOA fixa o planejamento de curto prazo, ou seja, materializa as ações dos programas previstos no PPA, por meio de projetos, atividades e operações especiais**; e a LDO fixa a ligação entre esses dois instrumentos, destacando do PPA os investimentos e gastos prioritários que deverão compor a LOA, e definido as regras e normas que orientarão a elaboração da lei orçamentária para o exercício seguinte. (LIMA; CASTRO, 2007, p. 39 **grifo dos autores**).

Pode-se dizer que a LDO é o instrumento de execução para a realização das ações e objetivos planejados, que visando atender o interesse coletivo, levando em

consideração que novo projeto só será criado a partir de todos os projetos anteriores terem sido atendidos e contemplados.

2.8. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O orçamento participativo trata-se da democracia que concede aos cidadãos maiores de 16 anos, participar e influenciar ou decidir sobre o orçamento do município, regida pela Lei n. 10.257, de 11 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade): Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

O orçamento participativo trata-se de “[...] participação popular na gestão pública [...]” (FEDOZZI, 1999, p. 3). Avritzer (2002, p. 576), conceitua:

O orçamento participativo é uma política participativa em nível local que responde a demandas dos setores desfavorecidos por uma distribuição mais justa dos bens públicos nas cidades brasileiras. ele inclui atores sociais, membros de associações de bairro e cidadão comuns e um processo de negociação e deliberação dividido em duas etapas: uma primeira etapa na qual a participação dos interessados é direta e uma segunda etapa na qual a participação ocorre através da constituição de um conselho de delegados. (Avritzer, 2002, p. 576).

Segundo Daniel (2003, p. 07) o Orçamento Participativo é entendido como: “iniciativa do poder executivo de definir a Lei Orçamentária Anual (LOA), a ser encaminhada ao poder legislativo, por mecanismo de participação popular”.

O OP (orçamento participativo) é a forma de a sociedade levantar interesses e questões que possibilitam intervir diretamente no espaço político da sua cidade, e quem ganha com isso são os cidadãos que tem a oportunidade de fazer a sua voz de toda a comunidade ser ouvida.

2.8.1. HISTORIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO BRASIL

A primeira cidade a adotar o orçamento participativo foi em Porto Alegre em 1989 após a vitória do partido dos trabalhadores nas eleições do ano anterior, e de acordo com Dias (2002, p. 38) sobre o surgimento do OP;

Em 1989, a prefeitura passou a exercitar o que veria a ser o Orçamento Participativo, mas a experiência não tinha esse nome e possuía um formato que ainda era embrionário. A principal função do OP na estrutura decisória do poder municipal consiste em auxiliar o Executivo na montagem da planilha orçamentária anual, tendo como papel proeminente na distribuição do percentual orçamentário referente aos recursos para investimentos. (DIAS, 2002, p. 38).

Nesse período ao assumir a prefeitura, a administração possuía um percentual baixo do orçamento para o investimento, colocando então em risco a estratégia de intervenção da população, logo a administração se viu no dever de criar uma política de recuperação, como retrata Laranjeira (1996, p. 134);

A administração partiu então para uma política de recuperação financeira com base na reforma tributária, orientada pelo princípio da justiça fiscal. o foco dessa política foi a alteração de alíquotas, introduzindo a progressividade no pagamento das taxas do Imposto Territorial Urbano (IPTU), a atualização de outras taxas municipais[...]” (LARANJEIRA, 1996 p. 134).

Entretanto, além das dificuldades econômicos financeiros outros problemas foram detectados na execução do orçamento participativo, no seu primeiro ano, como ressalta Laranjeira (1996), muito pouco do plano de obra que foram orçados foram realizados, mostrando-se assim frustrante. Agravado pela falta de experiência da administração pública, na adoção do OP, pois se resultavam em obra superior ao recurso financeiro a ela destinado.

Porém a iniciativa participativa de tomadas de decisões possuiu a sua experiência na época do regime militar, onde um pequeno número de municípios

governados pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), passou a adotar as políticas participativa. Conforme Souza (2001), a cidade de Piracicaba entre o período de 1977-1982, o prefeito do município passou a motivar e propor a participação direta da população, no processo decisório destinadas a mostrar a câmara dos vereadores que os projetos aprovados não atendiam o interesse coletivo da população e pressionar os vereadores a aprovar leis controvertidas, pode se dizer que o processo de participação em Piracicaba, possuía um caráter mais consultivo do que deliberativo.

“Em 1993 a OP passa a ter uma importância social mais notória em Porto Alegre como diz Pizzirani (2006, p. 14),” O processo de orçamento participativo em Porto Alegre/RS se inicia em 1989, na gestão do prefeito petista Olívio Dutra, mas se aprofunda e ganha notoriedade maior a parti de 1993, com o governo do prefeito Tarso Genro, que cria uma seria de mecanismos de participação e planejamento popular na cidade”.

2.8.2. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NOS DIAS ATUAIS

O Orçamento participativo nos dias atuais tem ganhando grandes proporções. Muitos municípios estão passando a adotar o orçamento participativo em suas gestão, e de acordo com o Portal de serviços e informações do Estado de Mato Grosso, até em alguns países da Europa os municípios estão adotando o OP, estima-se que no Brasil em pesquisa realizada entre os anos de 2001 e 2004 pelo Fórum Nacional de Participação, 150 municípios já haviam iniciado a experiência de adotar o OP em suas gestões.

Nos municípios que adotaram o orçamento participativo, a sua metodologia é executada de forma diferente para se adaptar a realidade do local, onde se elege um delegado que fica responsável por representar um tema ou região para as negociações com o governo, e são realizadas assembléias divididas pelas suas sub-região, bairro ou distrito.

Pizzirani (2006), afirma sobre o acontecimento do OP, que não se trata de uma reivindicação que os cidadãos, lutaram para conquistar e sim de uma medida

emergencial, para sanar necessidades prioritárias dos cidadãos, pois essa é a única forma deles conseguirem a execução do interesse coletivo, para a população que não possuem um contato direto com o poder público e nem tem o domínio econômico.

Pois dessa forma, é possível que a população tenha mais participação na administração do município e servir como fiscalizador das ações do poder executivo.

Pizzarini (2006) relata o orçamento participativo na cidade de Rio Claro (SP), que no início de sua implantação em 1998, se realizaram duas reuniões nos 120 bairros da cidade, para que os moradores pudessem opinar e indicar demandas para o seu bairro, o objetivo era estabelecer as principais prioridades das demandas indicadas, porém esse tipo de processo se mostrou inviável, uma vez que a equipe técnica era pequena, a verba destinada ao orçamento participativo era reduzida e assim dificultava a sistematização das prioridades, já que demandava números e diversificada.

No ano seguinte a administração do Rio Claro/SP modificou a forma de execução do OP, a equipe técnica dividiu a cidade em 16 regiões, para que houvesse maior organização do processo e socialização dos bairros, para que todos conhecesse a realidade de cada bairro, logo essa metodologia utilizada do orçamento participativo, foi a mais positiva.

Em Porto Alegre a metodologia utilizada do orçamento participativo segundo Laranjeira (1996), foi dividir a cidade em regiões. Cada região elege um delegado, que tem por atribuições a fiscalizadora e consultivas, como representantes da sua região aonde são realizadas reuniões temáticas, aberta a toda população com a presença do poder executivo apresentado as informações técnicas.

Logo o OP não se trata apenas de uma ferramenta democrática, mas também integralizadora que cabe a administração encontrar a melhor forma de explorar - lá e adaptá-la de acordo com a realidade do seu município.

3. METODOLOGIA

As formas de se fazer a ciência, se convém de métodos onde se faz a parte da preocupação instrumental, onde Demo (1985) conceitua a metodologia como a responsável pelos procedimentos, das ferramentas e dos caminhos para se atingir determinado objetivo que a ciência pretende alcançar, e assim se chega à pesquisa Campos (2008, p.48), diz que a pesquisa é, “um conjunto de atividades sistemáticas e metodologicamente orientadas, que têm por objetivo solucionar os problemas estudados, ou seja, pesquisa é a parte prática da atividade científica, que vai desde seu planejamento até a publicação dos resultados”.

Logo os procedimentos da metodologia quanto à natureza dos dados a pesquisa pode ser identificada como qualitativa. Uma vez que os dados não foram levantados utilizando de instrumentos estatísticos. De acordo com Figueiredo e Souza (2010, p. 83), “o método qualitativo difere do quantitativo na medida em que não emprega, necessariamente, um instrumento estatístico como base de processo e análise de um problema”.

Em relação a sua concepção ela é uma pesquisa Bibliográfica e Exploratória, conforme Figueiredo e Souza (2010), a pesquisa bibliográfica trabalha com dados secundários uma vez que a coleta de informações se dá através de bibliografia já publicada sobre o tema estudado, desde livros, jornais, revistas, teses e dissertações. E a Pesquisa Exploratória de acordo com Figueiredo e Souza (2010, p. 92) consiste em, “a) uma tradução precisa dos fatos do caso; b) a consideração de explicações alternativas destes fatos; e c) uma conclusão baseada naquela explicação que parece ser mais congruente com os fatos”.

A sua abrangência trata-se de um Estudo de Caso uma vez que se pode fazer um estudo profundo de maneira que permita melhor detalhamento da situação, e como salienta Figueiredo e Souza (2010, p. 102), “o estudo de caso é mais utilizado nas pesquisas de campo do tipo exploratórias, visando inclusive levantar questões para outros estudos através de dados qualitativos.”

Se utilizou da observação direta e intensiva, onde o instrumento de coleta de dados é a técnica de entrevista e uso de formulário, de acordo com Marconi e Lakatos (1990, p. 84);

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social. (MARCONI; LAKATOS, 1990, p. 84).

Assim, a entrevista tem por objetivo a obtenção de informações do entrevistado que ajudará compreender o determinado assunto e responder os problemas, no qual se depara o entrevistador. Para isso se optou por utilizar uma entrevista padronizada e estruturada, pois o entrevistador segue um determinado roteiro pré-estabelecido de perguntas. Conforme Marconi e Lakatos (1990), o roteiro de perguntas previamente estabelecidas segue de acordo com um formulário elaborado onde são respondidas por pessoas selecionadas de acordo com o plano.

Na investigação o pesquisador não deve se limitar somente a uma técnica de coleta de dados, por isso optou por utilizar o formulário, para auxiliar no momento da entrevista. Netto (2008), ressalta que o formulário é um conjunto de questões anotadas que podem auxiliar o entrevistador numa situação face a face com a outra pessoa, e utilizar de possíveis formas de tabulação e apresentação de dados, como os métodos estatísticos, instrumentos manuais ou computacionais.

O grupo que foi entrevistado no município de Juína foi constituído, pelos representantes de bairros e distrito, onde particularmente o pesquisador priorizou aqueles de fácil acessibilidade, e também o fato de muitos conhecerem a realidade e necessidades dos moradores dos seus bairros uma vez que eles têm por função representá-los. Realizou também a entrevista com o Gestor Municipal.

Após a coleta de dados, através da entrevista e formulários, os tratamentos dos mesmos, se deu através da tabulação das respostas, com a apresentação dos dados por meio de gráficos, e de acordo com Netto (2008, p. 91) “Os gráficos, utilizados com habilidade, podem evidenciar aspectos visuais dos dados de forma clara e de fácil compreensão”.

4. ANÁLISE E RESULTADOS

4.1. HISTÓRICO E VISÃO DO ATUAL GESTOR

Foram entrevistados 05 representantes de bairro, com intuito de conhecer a opinião de cada membro sobre o orçamento do município, e saber se eles possuem algum conhecimento referente ao orçamento participativo e conhecer como anda o interesse da população dos bairros em participar ativamente da administração do município.

Realizou também uma entrevista com o Gestor municipal, para saber se existe o orçamento participativo no município e quais eram os canais que a sociedade tem para participar diretamente de decisões que dizem respeito ao interesse da comunidade. E como também era a participação da mesma; se a administração possui algum mecanismo para motivar a participação da sociedade e quais os fatores que levam a população a participar ou não das assembleias e reuniões públicas que tratam do orçamento e outros assuntos de interesse da comunidade.

Constatou-se que nos dias atuais a administração não possui mais o orçamento participativo, porém no período de 1997 a 2003, o município destinava 10% da arrecadação para o orçamento participativo, este valor era dividido para cada bairro, onde eles decidiam o destino do investimento que era mais voltado para obras de infraestrutura.

E a metodologia utilizada para execução do orçamento participativo era a realização de assembléias em cada bairro, onde em cada grupo de 10 pessoas, se escolhia um delegado que representaria o grupo na assembléia municipal, e lá eram escolhidas as obras que seriam realizadas, sendo que cada bairro tinha o direito de escolher uma demanda coletiva para a sua comunidade e uma que seria destinado para o município. Porém não foi muito bem sucedido o orçamento participativo, pois as obras de infraestrutura demandavam um longo tempo de execução, e com isso a população se desmotivava em participar das assembléias do orçamento participativo. Um exemplo foi quando decidiram pela obra do ginásio municipal, a

mesma começou a ser construída no ano de 2000 e somente em 2003 ela foi finalizada, gerando descontentamento da comunidade que participava das assembleias do orçamento.

As questões: 6, 7, 9, 10, 14 e 16 do formulário, eram relacionadas mais ao orçamento participativo, pois não havia o conhecimento que o município não conta mais com o orçamento participativo, porém o Gestor Municipal respondeu as devidas questões baseadas na realidade vivida no município.

Na atual gestão, para identificar a necessidade da comunidade são realizadas pesquisas com a população para identificar a carência que existe em suas comunidades, dessa forma a administração levanta a necessidade da população. Além de realizar as assembleias públicas que conta com a participação da população para ajudar na elaboração do PPA e da LDO, e se utiliza de mecanismo de divulgação de imprensa, som de rua e convites as entidades para as assembleias.

O Gestor Municipal avalia a população como participativa pelo seu ponto de vista, e apontou que a maior necessidade dos bairros é a infraestrutura e a de menor importância é o lazer, e por fim o gestor apontou 03 (três) fatores que leva a participação ou não da população.

O primeiro é o fator cultural, o município possui comunidades que tem cultura de participar e outras que não. Alguns anos atrás as comunidades rurais eram as mais participativas, pois as mesmas sempre tiveram o trabalho da associação ativamente; segundo fator é a pessoa ver o que foi reivindicado atendido, pois motiva a participação da população. Dessa forma a administração ganha credibilidade. A terceira, é o lugar, pois não adianta fazer algo no centro e querer que o pessoal de bairros distantes participem, tem que criar mecanismo de reunir no bairro, onde as pessoas estão acostumadas a se reunirem.

Na opinião do gestor a população possui um conhecimento razoável, sobre o que é o orçamento participativo. É percebido que em muitas situações a população tem capacidade de identificar o que está acontecendo na localidade onde vive, mas uma grande dificuldade em ver o contexto geral do município.

Mas a administração procura priorizar o interesse da população, de acordo com o custo, urgência e a demanda reivindicada. O Gestor Municipal afirma que consegue ouvir todas as reivindicações da população, porém a administração ainda não consegue atender a todas.

4.2. VISÃO DOS REPRESENTANTES COMUNITÁRIOS

Os representantes foram classificados com siglas, conforme cada bairro que representa, para melhor identificação, nas análises dos quadros.

QUADRO I – Identificação dos representantes dos bairros

Entidade	Representante	Sigla de identificação
Associação dos Moradores do mód. 05	Aparecido Dias Mendes	R1
Ass. Dos Moradores Unidos a Luta do Bairro Palmiteira	Terezinha Ferreira	R2
Ass. dos Moradores do Bairro Pe. Duílio	José de Oliveira Costa	R3
Ass. Dos Moradores do Bairro Cidade Alta	Santos Soares de Souza	R4
Ass. de Desenvolvimento Comunitário São José Operário	Vivaldo Alves dos Santos	R5

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

No QUADRO I, foi perguntado aos representantes de bairro: há quanto tempo eles representam a comunidade, para que assim pudesse identificar o nível de informação que cada um possui, em relação a responsabilidade de representar o seu bairro.

QUADRO II – Há quanto tempo você é representante do Seu bairro ou distrito?

Representante	Tempo como representante
R1	Mais de 01 (um) ano representando o bairro
R2	8 meses como representante
R3	Representa seu bairro desde 1989
R4	02(dois) anos como representante
R5	Representa há 05 (cinco) anos o seu bairro

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

O QUADRO II verificou que a maioria dos representantes, representa seu bairro há mais de 01 ano, sendo que a eleição para eleger novo representante acontece todo o ano, e cada liderança comunitária exerce a função durante 1 (um) ano podendo ser reeleito.

QUADRO III – O que levou você a aceitar essa responsabilidade de representar o seu bairro/distrito?

Representante	Motivos
R1	Para representar o bairro e luta pelos interesses de toda a comunidade a qual representa
R2	Por que a comunidade pediu para sair como representante, e assim foi eleita
R3	Por que na época precisa de alguém que representa-se o bairro, com isso ele foi escolhido pela comunidade, para ser o representante.
R4	Para ajudar a comunidade, e representá-la
R5	Tinha um bom relacionamento com todos do seu bairro, então por sugestão de muitos, se candidatou a representante do bairro.

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

No QUADRO III observou-se que o motivo que levou os representantes a aceitarem essa responsabilidade foi o fato de quererem representar e ajudar a população do seu bairro, lutando pelo interesse da comunidade. Muitos foram motivados pela boa convivência com todos onde mora, e por indicação até mesmo da própria comunidade que os incentivaram, a aceitar o desafio de representar o bairro a onde reside.

QUADRO IV – Para você é importante que toda a comunidade, esteja sempre inteirada com a administração do município?

Representantes	Sim	Não
R1	X	
R2	X	
R3	X	
R4	X	
R5	X	

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Todas as lideranças comunitárias por unanimidade, responderam que é de suma importância que a comunidade em geral esteja inteirada e interessada em fiscalizar e buscar manter sempre informada das ações que a administração pública desenvolve em seus bairros como também no município, para que dessa forma perceberem se a gestão esta buscando melhorias para o município.

QUADRO V – Você sabe que todos os cidadãos têm por direito participar na elaboração do orçamento do município, e fiscalizar, para ver se realmente os recursos estão sendo aplicados de forma correta?

Representantes	Sim	Não
R1	X	
R2	X	
R3	X	
R4	X	
R5	X	

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

No seguinte Quadro V, se observa que os representantes de bairro têm o conhecimento que é por direito de todos participarem da elaboração do orçamento, uma vez que a gestão oferece a oportunidade dos bairros participarem das audiências públicas, que tem como pauta a elaboração do PPA e a LOA, e sabem que eles são os maiores fiscalizadores, dos recursos do município, para contestarem caso os devidos recursos não estejam sendo aplicados conforme o que foi planejado no orçamento.

QUADRO VI – Você sabe o que é o orçamento público?

Representantes	Sim	Não
R1	X	
R2	X	
R3	X	
R4		X
R5		X

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Conforme exposto no Quadro VI, se verificou que 03 (três) representantes têm o conhecimento sobre o que se trata o orçamento público, e 02 (dois), não possuem essa informação.

QUADRO VII – Em Juína possui orçamento participativo?

Representantes	Sim	Não
R1		X
R2		X
R3		X
R4		X
R5		X

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Verifica no QUADRO VII, que após o pesquisador ter apresentado um breve esclarecimento sobre o que se tratava o orçamento participativo para os entrevistados que não possuíam essa informação, e notoriamente se verificou que todos os representantes têm o conhecimento que o município hoje não possui o orçamento participativo, uma vez que o orçamento fez parte da gestão do município no período de 1997 a 2003.

QUADRO VIII – Você sabe o que é orçamento participativo?

Representantes	Sim	Não
R1		X
R2	X	
R3	X	
R4		X
R5		X

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

No QUADRO VIII, verifica que 03 representantes não têm conhecimento do que se trata o orçamento participativo, enquanto 02 representantes possuem esse conhecimento, sendo que uma delas sabe, por que ouviu falar do orçamento participativo através de um vereador e o representante R3, que exerce essa função

desde 1989, vivencio o período em que Juína havia adotado o orçamento participativo no município.

QUADRO IX – Você acha importante a participação de toda a Comunidade na elaboração do orçamento do município?

Representantes	Sim	Não
R1	X	
R2	X	
R3	X	
R4	X	
R5	X	

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Buscou com a seguinte pergunta, saber se os representantes de bairro acham importante que toda a comunidade participe da elaboração do orçamento, e como se verifica no Quadro IX, todos os representantes possuem a mesma opinião, diante o que foi perguntando, que é importante sim a população participar da elaboração do orçamento do município.

QUADRO X – A comunidade sabe o que é orçamento participativo?

Representantes	Sim	Não
R1		X
R2	X	
R3	X	
R4		X
R5		X

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nota-se que 03 (três) representantes alegaram que a população não tem o conhecimento do que se trata o orçamento participativo, e 02 (dois) responderam

que a população da sua comunidade tem o conhecimento sobre o que é orçamento participativo, porém são informações básicas.

QUADRO XI – Em sua opinião, como anda a participação da comunidade nas assembleias, que define o orçamento do município?

Representantes	Alta	Média	Baixa
R1			X
R2		X	
R3			X
R4		X	
R5			X

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

No QUADRO XI buscou-se com o seguinte questionamento, verificar se a comunidade participa das reuniões públicas e assembleias promovidas no bairro, que tem o intuito elaborar o orçamento do município. Verificou que 02 (dois) representantes classificaram a participação da população como média e 03(três), classificaram como baixa a participação da comunidade nas assembleias e reuniões realizadas em seu bairro, não só nas reuniões referentes à elaboração do orçamento mas também reuniões que possuem outras finalidades.

QUADRO XII – Você como representante do seu bairro, acredita que o orçamento, traz melhorias para o município?

Representantes	Sim	Não
R1	X	
R2	X	
R3	X	
R4	X	
R5	X	

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

O QUADRO XII faz seguinte questionamento, os representantes possuem a mesma opinião, que o orçamento público, tem a condição de trazer melhoria para o município, porém todos ressaltaram, que desde que o orçamento priorize o que a comunidade reivindica, buscando dessa forma executá-la.

QUADRO XIII – Você acha que o interesse coletivo da comunidade é priorizado e levado em conta pela administração pública?

Representantes	Sim	Não
R1	X	
R2		X
R3		X
R4		X
R5		X

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

No Quadro XIII, percebe-se que a maioria dos representantes, acha que a administração pública, não prioriza atender o interesse da comunidade, enquanto um representante acha que a administração prioriza e busca levar em consideração atendê-la.

QUADRO XIV – Em sua opinião a população possui conhecimento suficiente para opinar e participar da elaboração do orçamento público?

Representantes	Sim	Não
R1	X	
R2		X
R3	X	
R4		X
R5	X	

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

No Quadro XIV, se verifica a opinião dos representantes de bairro, sobre o conhecimento da população é suficiente para participar, opinar e ajudar a elaborar o orçamento do município. Percebe-se que a opinião foi dividida, 03 representantes, acham que a comunidade tem sim o conhecimento suficiente para ajudar na elaboração, enquanto 02 (dois) alegam que não possuem, pois ressaltam que a administração não busca passar informações o suficiente sobre o que se trata o orçamento público, então de que forma eles terão o conhecimento para pode opinar sobre o mesmo.

QUADRO XV – Para você qual a maior dificuldade, que impede a participação da população a participarem da elaboração do orçamento?

Justificativa que impede a participação da população	Representantes				
	R1	R2	R3	R4	R5
Falta de informação, sobre o que se trata o orçamento participativo.					
Falta de divulgação das assembleias que trata do orçamento					
Falta de credibilidade da gestão do município			X	X	
Desinteresse por parte da comunidade	X	X			X

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Para entender qual a dificuldade existente que impede a população a colaborar na elaboração do orçamento do município, foi apresentada algumas justificativas, e nota-se que 03(três) representantes, apontam que existe um interesse muito grande por parte da população em participar, e até mesmo buscar o conhecimento do que se trata o orçamento público, enquanto 02(dois), acham que trata mais da falta de credibilidade da gestão do município. Eles expõem que a administração registra as reivindicações, porém prioriza e atende de acordo com as decisões internas, não informando os cidadãos os motivos de tais decisões. Com

isso a população fica descontente, e não dando mais importância em participar das assembleias e reuniões que a gestão muitas vezes promove na comunidade.

QUADRO XVI – Para você a população do seu bairro é:

Representantes	Participativa	Não Participativa
R1		X
R2		X
R3		X
R4		X
R5		X

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Observou-se no Quadro XVI, que todos os representantes concordam que a população do bairro, não se interessa em participar, que não são participativos, não buscam informações e também nem colaboram muitas vezes em reivindicarem, por melhorias.

QUADRO XVII – A maior necessidade do seu bairro? Classifique de 1 a 6

Representantes	Assistência Social	Segurança Pública	Infra Estrutura	Saúde	Educação	Lazer
R1	5	4	1	3	2	6
R2	2	5	4	1	6	3
R3	4	1	2	3	5	6
R4	5	1	2	3	4	6
R5	5	2	3	6	1	4
Média	4,2	2,6	2,4	3,2	3,6	5

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

No Quadro XVII, se busca observar qual a maior necessidade do bairro de cada representante. Eles enumeram de 1 a 6, sendo que 1 significa a maior

necessidade que o bairro possui e 6 é a de menor importância. Verifica-se que para o representante R1, a maior necessidade existente no bairro é a de infraestrutura e a de menor importância para a população é o lazer, para o R2 a saúde é a necessidade que a população mais reivindica e a educação a de menos, o R3 e R4 classificaram de maior importância a segurança pública do bairro, que eles alegam esta abandonada nessa parte, e com o mesmo ponto de vista o lazer vem a ser de menor importância, pois para eles é impossível se ter lazer, sem poder contar com uma segurança. E o R5 coloca como maior necessidade da comunidade a educação, e a de menor a saúde.

E por fim se tem uma média, das necessidades, ressaltando que a menor média representa a maior necessidade e a maior média é a de menor importância para a comunidade, então logo se verifica no Quadro XVII, que a infraestrutura pode se considerar a de maior importância para a sociedade enquanto o lazer, que possui a maior média é de pouco interesse da comunidade, que as lideranças comunitárias representam.

QUADRO XVIII - Para você, como é a sua participação no orçamento?

Representantes	Muito útil	Útil	Inútil
R1			X
R2			X
R3			X
R4			X
R5			X

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

No QUADRO XVII com questionamento buscou verificar a opinião dos representantes em relação a sua participação no orçamento público, e todos responderam ser inútil a sua participação.

QUADRO XIX – Você acha que o orçamento participativo precisa ser implementado?

Representantes	Sim	Não
R1	X	
R2	X	
R3	X	
R4	X	
R5	X	

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

No QUADRO XIX, buscou com a seguinte pergunta, saber dos representantes se acharia interessante o orçamento participativo ser implementado, na administração, e notou que os representantes todos concordam que seria uma boa opção a gestão do município adotar o programa do orçamento participação na administração, pois eles acham que dessa forma suas reivindicações poderiam ser atendidas e priorizadas mais pela gestão.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se com a presente pesquisa, que o orçamento participativo, é um instrumento de democracia, que atualmente vem ganhando espaço em gestões municipais, onde vários municípios e até em algumas cidades de países europeus, acabam por adotá-la em sua gestão, pois aproxima a sociedade da administração. É uma nova forma de ouvir e incentivar a participação da população na administração do município, e fica a critério do gestor buscar uma metodologia para uma execução eficiente e eficácia do orçamento participativo.

A indagação sobre os fatores que levam a carência da participação da sociedade em participar das reuniões e assembleias que elaboram o orçamento Juína, não possui, mas o programa do orçamento participativo, ele se utiliza de outros métodos para ouvir a sociedade e incentivar a participação dos mesmos na elaboração do orçamento. Assim não é mais dedicada uma parcela do orçamento, para atender o orçamento participativo. O método utilizado pela gestão para ouvir as necessidades e interesses de cada bairro é através de pesquisas e a realização de assembléias públicas que ajudam a definir o PPA e a LOA. Essas assembléias são divulgadas através da imprensa, folhetos, convites a entidades e som de rua, que convida toda a comunidade.

Na entrevista realizada com o Gestor Municipal, se conclui que o mesmo busca sempre que possível criar mecanismo para ouvir a sociedade Juinense, que embora o município não contar mais com o orçamento participativo, ainda se prioriza a participação da população na elaboração do orçamento público, e que as reivindicações feitas pela comunidade são levadas em consideração, conforme a sua gravidade e intensidade e pela demanda que se foi reivindicado. O gestor classifica a população juinense como participativa, no seu ponto de vista, pois ele alega que sempre que a população é convidada para participar das assembléias, a comunidade se faz presente, e o gestor aponta que existem fatores que influenciam a participação ou não da sociedade nas reuniões e assembleias, e que esses fatores são culturais. A localidade e a motivação que os cidadãos sentem quando percebem o que foi reivindicado foi atendido pela gestão, e por fim o gestor aponta que não é

relevante o município ter o programa do orçamento participativo uma vez que na maioria das vezes é reivindicado obras de infraestruturas e logo a execução de uma obra de grande porte demanda tempo, e isso causa frustração na sociedade pela demora de ver a obra não concluída.

Na entrevista realizada com os representantes de bairro, verificou-se que a maioria já atua como representante de bairro há mais de um ano, e que os motivos que levaram a aceitar essa responsabilidade foi o fato de quererem ajudar a comunidade onde vivem, e pela boa convivência com todos. Notou que todos acham que é de grande importância toda a comunidade participar ativamente da administração do município, como também das reuniões e assembléias públicas realizadas, e que o nível de informação deles é intermediário e adquirido através das experiências, pois pouco dos representantes sabiam o que se tratava orçamento publicou e participativo. Muitos alegam que a causa de tudo isso é que não são passadas informações para eles, por parte da administração quando eles assumem a responsabilidade de representar o bairro. Com isso poucos detêm dessa informação e logo não compreendem a importância da elaboração do orçamento do município. Os representantes expuseram seu descontentamento com a gestão, pois muitos concordaram que a administração do município não prioriza o interesse da comunidade, e muitas vezes acabam nem atendendo as reivindicações do bairro. Eles classificam isso como o desinteresse da comunidade que não busca participar das reuniões e nem das assembléias e a falta de credibilidade da gestão do município, que muitas vezes ouve mas não atende o que se reivindica.

Portanto conclui que a gestão e os representantes de bairros têm que trabalhar juntos, para buscar integralizar os interesses, pois se verificou que na visão da gestão municipal, a população é participativa nas reuniões e assembleias, porém não coincide com a realidade dos representantes, que classifica a população dos seus bairros com não participativa. Ambas as partes deveriam entrar em um consenso e buscar um mecanismo para motivar a participação da população. Cabe a gestão pública procurar uma forma de buscar atender mais as reivindicações da população.

6. REFERÊNCIAS

_ Discussão dos projetos de leis diretrizes orçamentárias LDO 2008 do orçamento anual LOA 2008:<[http://www.prefeituradejuina.com.br/documentos/admin/downloads/Audiencia%20Pública%20LDO%20LOA%202008Juina\[2\].pdf](http://www.prefeituradejuina.com.br/documentos/admin/downloads/Audiencia%20Pública%20LDO%20LOA%202008Juina[2].pdf)> Acessado em 30/03/2011.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 8.ed.-São Paulo: Atlas 1994.

ARAÚJO A, Ana Paula de. **Poder Judiciário**. Disponível em:<<http://www.infoescola.com/direito/poder-judiciario/>> acessado, 05 de Nov.2011.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil, espaço público e poder local**: uma análise do Orçamento Participativo em Belo Horizonte e Porto alegre. In: Sociedade Cível e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Brasil.gov.Br. **O Brasil, Estrutura, Poder Judiciário**. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/estrutura/poder-judiciario-assegura-direitos-dos-cidadaos>> acessado, 05 de Nov.2011.

Brasil.gov.br.**O Brasil, Estrutura do Poder Executivo**. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/estrutura/poder-executivo-1>> acessado em 04 de Nov.2011.

BRUNO, Reinaldo Moureira. **Direito Administrativo**.- Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

CAMPOS, Luis Fernando de Lara. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**. -4. Ed. – São Paulo: Alínea, 2008.

Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94 –Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004

DANIEL FILHO, Bruno José. **O orçamento participativo local no seu devido lugar**: limites colocados por seu desenho institucional e pelo contexto brasileiro- reflexões sobre a experiência de Santo André nos períodos 1989-1992. tese de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. -2. Ed. – São Paulo: Atlas, 1985.

DIAS, Marcia Ribeiro. **Sob o signo da vontade popular: o Orçamento Participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre**. – Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro : IUPERJ, 2002.

FACHIN, Odilia. **Fundamentos da Metodologia**. -3. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2001.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre**: Porto Alegre: FASE\IPPUR, 1999. 2ª ed.

FIGUEIREIDO, Antônio Macena de;SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**/Antônio Macena de Figueiredo e Soraia Riva Goudinho de Souza. -3. Ed.-Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

KAHOMA, Heilio; **Contabilidade pública: teoria e prática**. -10.ed.-2. Reimpr. 2008 – São Paulo: Atlas, 2008.

LARANJEIRA, Sônia M. G.; **Gestão Pública e Participação a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre**: São Paulo: [s.n.], 1996.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de Almeida. **Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. -3.ed.- São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2 ed.- São Paulo: Atlas, 1990.

MAURANO, Adriana. **O poder legislativo municipal**, disponível em:<http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/poder-legislativo-municipal/id/29184480.html> acessado em; 05 de Nov.2011.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**.-6.ed . atualizada até a EC n 52/06 – São Paulo: Atlas, 2006.

PASE, Hemerson Luiz. **Democracia Participativa e Desenvolvimento:** A influencia do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Floriano Peixoto. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como quesito parcial de obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural: Porto Alegre, 2001

PIZZIRANI, Fabiane. **O Papel dos Processos de Participação Popular Na Gestão Municipal:** Estudo do Orçamento Participativo no Município de Rio Claro/SP. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia. São Paulo, 2006.

Portal de Serviços e Informações do Estado de Mato Grosso, disponível em <<http://www.mt.gov.br/>> acesso em 16 de set. 2011.

Rede de Direitos Humanos e Cultura. **Poder Executivo.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/municipais/gestao_m/05_poderexecutivo.htm> acessado: 02 de Nov.2011.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia?.** - São Paulo: Brasiliense, 2003 .

SANTOS, Adaie Loredó. **Direito Administrativo:** Interpretação doutrinária, legislação, prática jurisprudência comentada. – 1.ed. – São Paulo: Primeira Impressão, 2008.

SANTOS, Daniel Cuba. **Poder Legislativo Municipal,** disponível em: <<http://www.marica.com.br/2006/2306drdaniel.htm>> acessado em 05 de Nov.2011.

SILVERWOOD, Karen de Oliveira. **Evolução recente da Política Ambiental no Brasil:** uma análise a parti do Plano Plurianual 2000/2003. Dissertação para obtenção do grau de Mestre e Ciência Política apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2005.

SIQUEIRA, Thalles Rodrigues. **O modelo de Gestão dos Planos Plurianuais:** um estudo de caso. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2006.

SOARES, Murilo César. **Democracia, legitimidade e legalidade nos enquadramentos jornalísticos da campanha presidencial de 2006.** In:

GOULART, Jefferson O (Org.). **Mídia e democracia**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 79-92.

SOUZA, Antônio Ricardo de. **Modelo de gestão na administração pública**: Uma análise das agências reguladoras. - Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas papel do orçamento participativo. São Paulo: [s.n.], 2001.

APÊNDICE

Formulário de Entrevista com o Gestor Público

Orçamento Participativo, uma forma de integração da comunidade junto a administração do município.

Orçamento Participativo é um meio democrático, que possibilita a participação direta dos cidadãos, á exporem ideias, intervir e opinar sobre o orçamento do município e apresentar as reais necessidades do seu bairro, para que assim a administração, possa conhecer o interesse coletivo de cada bairro ou distrito, e de certa forma buscar caminhos e meios para atender essa prioridade exposta pelos cidadãos.

1. A população em geral, busca participar ativamente das decisões que define o orçamento do município?

() Sim () Não

2. Como anda a participação da população nas assembleias e reuniões, realizadas em seus bairros?

3. Em sua opinião, como anda o interesse da população em relação a participação no orçamento público?

() Interessada () Desinteressada

4. A prefeitura tem algum tipo de campanha para motivar, a população a participar da elaboração do orçamento público?

() Sim () Não

5. A população ela tem conhecimento do que se trata o orçamento participativo?

☐ Sim

☐ Não

6. O orçamento participativo contribui para o interesse coletivo da população?

☐ Sim

☐ Não

7. O orçamento participativo vem colaborando para o desenvolvimento, e melhoria do município?

☐ Sim

☐ Não

8. Como é priorizado o interesse da população, na elaboração do orçamento público?

9. Quantos % do orçamento público é destinado para o orçamento participativo?

10. Durante os anos de mandato, como anda a participação da população no orçamento participativo?

☐ A participação esta aumentando

☐ A participação esta se reduzindo

☐ A participação encontra-se no mesmo patamar aos anos anteriores

11. Qual o fator que influencia a participação ou a não participação da população no orçamento participativo, em sua opinião?

12. Qual é o método utilizado, para aplicação do orçamento participativo no município?

13. O orçamento participativo possui bairros que são mais atuantes na elaboração do orçamento?

() Sim () Não

14. Em média, quanto tempo se leva para ser executado o que foi priorizado pela população no orçamento participativo?

15. Quais as principais necessidades reivindicadas pela população, a serem atendidas? Classifique de 1 a 6.

() Lazer

() Educação

() Saúde

() Infra Estrutura

() Segurança

() Assistência Social

16. O orçamento participativo, esta conseguindo realmente ouvir e atender as necessidades da população?

() Sim () Não

17. Discorra Em sua opinião qual o maior benefício que o orçamento participativo tem a oferecer a população?

Obrigado pela sua colaboração!

**Formulário de Entrevista com os representantes dos bairros e distritos
do município de Juína.**

**Orçamento Participativo, uma forma de integração da comunidade junto
a administração do município.**

Orçamento Participativo é um meio democrático, que possibilita a participação direta dos cidadãos, á exporem ideias, intervir e opinar sobre o orçamento do município e apresentar as reais necessidades do seu bairro, para que assim a administração, possa conhecer o interesse coletivo de cada bairro ou distrito, e de certa forma buscar caminhos e meios para atender essa prioridade exposta pelos cidadãos.

Identificação do Entrevistado

Nome :

Bairro que representa:

Idade:

1. Há quanto tempo você é representante do seu bairro ou distrito?
2. O que levou você a aceitar essa responsabilidade de representar o seu bairro/distrito?

3. Para você é importante que toda a comunidade, esteja sempre inteirada com a administração do município?

() Sim () Não

4. Você sabe que todos os cidadãos têm por direito participar na elaboração do orçamento do município, e fiscalizar, para ver se realmente os recursos estão sendo aplicados de forma correta?

() Sim () Não

5. Você sabe o que é o orçamento público?

() Sim () Não

6. Em Juína possui orçamento participativo?

() Sim () Não

7. Você sabe o que é orçamento participativo?

() Sim () Não

8. Você acha importante a participação de toda a comunidade na elaboração do orçamento do município?

() Sim () Não

9. A comunidade ela sabe o que é orçamento participativo?

() Sim () Não

10. Em sua opinião, como anda a participação da comunidade nas assembleias, que define o orçamento do município?

☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa

11. Você como representante do seu bairro, acredita que o orçamento, traz melhorias para o município?

☐ Sim ☐ Não

12. Você acha que o interesse coletivo da comunidade é priorizado e levado em conta pela administração pública?

☐ Sim ☐ Não

13. Em sua opinião a população possui conhecimento suficiente para opinar e participar da elaboração do orçamento público?

☐ Sim ☐ Não

14. Para você qual a maior dificuldade, que impede a participação da população a participarem da elaboração do orçamento?

☐ Falta de informação, sobre o que se trata o orçamento participativo

☐ Falta de divulgação das assembleias que trata do orçamento

☐ Falta de credibilidade da gestão do município

☐ Desinteresse por parte da comunidade

15. Para você a população do seu bairro é:

☐ Participativa ☐ Não Participativa

16. A maior necessidade do seu bairro? Classifique de 1 a 6.

☐ Assistência Social

☐ Educação

☐ Infraestrutura

☐ Lazer

☐ Saúde

☐ Segurança Pública

17. Para você, como é a sua participação no orçamento?

☐ Muito Útil ☐ Útil ☐ Inútil

18. Você acha que o orçamento participativo precisa ser implementado?

☐ Sim ☐ Não

Obrigado pela sua colaboração!